



DESENHO UNIVERSAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES EM DOIS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PASSO FUNDO/RS

Universal design and people with disabilities: integrative review and participants observation in two public spaces in Passo Fundo/RS

Dra. Leilane Serratine Grubba

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0303-599X>

E-mail: lsgrubba@hotmail.com

Msc. Luciano Pissolatto

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2532-0137>

E-mail: lucianopissolatto@gmail.com

Msc. Alexandre Marques Silveira

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7269-8001>

E-mail: alexandremarquessilveira@gmail.com

Trabalho enviado em 24 de outubro de 2023 e aceito em 18 de dezembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.02., 2025, p. 233-258

Dra. Leilane S. Grubba, Msc. Luciano Pissolatto e Msc. Alexandre M. Silveira

DOI: 10.12957/rdc.2025.79758 | ISSN 2317-7721

RESUMO

O estudo tem por objetivo investigar se os espaços públicos da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, estão adequados ao modelo de acessibilidade plena e de desenho universal. Metodologicamente, realiza-se uma revisão integrativa para responder à questão: quais os elementos necessários para a configuração do desenho universal em espaços públicos e privados, visando à acessibilidade plena? A busca na literatura utiliza-se da Capes Periódicos, com as palavras-chave “desenho universal” e “espaço”, resultando em 16 estudos selecionados. A análise e síntese dos dados utiliza-se de delineamento descritivo e qualitativo. O resultado da pesquisa aponta para os seguintes elementos configuradores do desenho universal: uso equitativo, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, informações perceptíveis, tolerância ao erro, baixo esforço físico, tamanho e espaço para abordagem e uso. Sequencialmente, realiza-se uma observação participante em dois espaços públicos de Passo Fundo, com o objetivo de aplicar os pressupostos do desenho universal e verificar se atendem aos elementos indispensáveis para serem considerados como espaços de acessibilidade plena. É resultado a ausência de elementos indispensáveis de desenho universal nos ambientes analisados. Aponta-se melhorias possíveis nos espaços para se garantir um desenho universal e democratização do uso equitativo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Desenho universal; Pessoas com deficiência; Direitos humanos; Direito Urbanístico.

ABSTRACT

The objective is to investigate whether public spaces in Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brazil, are suitable for the model of full accessibility and universal design. Methodologically, we performed an integrative review to answer the question: what are the necessary elements for the configuration of universal design in public and private spaces, aiming at full accessibility? The literature search uses Capes Periódicos, with the keywords universal design and environment, resulting in 16 selected studies. The analysis and synthesis of the data uses a descriptive and qualitative design. The result points to the following universal design elements: equitable use, flexibility in use, simple and intuitive use, perceptible information, error tolerance, low physical effort, size and space for approach and use. Subsequently, we performed a participant observation in two public spaces in Passo Fundo, aiming to apply the universal design assumptions and verify whether they meet the essential elements to be accessible spaces. The result is the absence of universal design elements in the environments. Also, we pointed out possible improvements in spaces to ensure the universal design and democratization of equitable use.

Keywords: Accessibility; Universal design; People with disabilities; Human rights; Urbanistic Law.

Sumário: 1 Introdução; 2 Revisão integrativa: desenho universal; 2.1 Método; 2.2 Discussões e resultados; 3 Observação participante dos espaços públicos em Passo Fundo/RS; 3.1 Método; 3.2 Discussões e resultados; 4 Considerações Finais; Referências.



1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo investigar se os espaços públicos¹ da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, estão adequados ao modelo de acessibilidade plena do desenho universal.

A acessibilidade visa garantir a todas as pessoas (i.e., pessoas com ou sem deficiência, crianças, adultos ou idosos) a possibilidade de viver de maneira independente, com plena participação social e qualidade de vida. Trata-se de uma obrigação político-jurídica democrática brasileira, a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) e da Norma NBR 9050/2015 sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos. Logo, a acessibilidade é requisito em espaços públicos e privados, incluindo-se espaços físicos, informação e comunicação, tecnologias e sistemas de mobilidade.

Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, artigo 53, “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.” (BRASIL, 2015). No artigo 3, inciso I, dispõe:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

A acessibilidade deve fundar-se no desenho universal como regra:

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

§ 1º O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral. (BRASIL, 2015)

Ainda, no artigo 3, inciso II, o “desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).

O desenho universal é um conceito oriundo do século XX, que implica um ambiente (edificação, produto, serviço ou espaço) que pode ser acessado, compreendido e usado pelo maior número de

¹ A pesquisa é realizada em dois espaços públicos, sendo duas praças de convivência municipal. A escolha das praças foi por aleatoriedade.

peessoas, independentemente da sua idade, tamanho ou existência ou não de deficiência, isso é, independentemente das necessidades diversas. O desenho universal pauta-se por sete princípios, sendo eles: (1) uso equitativo; (2) uso flexível; (3) uso simples e intuitivo; (4) informação de fácil percepção; (5) tolerância ao erro; (6) baixo esforço físico; e, (7) dimensão e espaço para aproximação e uso (Centre for Excellence in Universal Design, sem ano). Trata-se de importante modelo para garantir a inclusão e acessibilidade para aproximadamente 7,2% da população brasileira, conforme dados do IBGE de 2025 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025).

Parte-se do seguinte problema: quais os elementos necessários para a configuração do desenho universal em espaços públicos e privados, visando à acessibilidade plena? A partir da acessibilidade plena e do desenho universal, metodologicamente, a pesquisa divide-se em duas etapas. A primeira é realizada mediante revisão integrativa, para responder ao seguinte questionamento: quais os elementos necessários para a configuração do desenho universal em espaços públicos e privados, visando à acessibilidade plena? O objetivo da revisão integrativa é conhecer os pressupostos do desenho universal, de modo a se garantir plena acessibilidade para todas as pessoas. Para a análise e síntese dos dados, utiliza-se o delineamento descritivo qualitativo.

A partir dos resultados da revisão, com a estruturação dos pressupostos do desenho universal, inicia-se a segunda etapa de pesquisa. Essa etapa, metodologicamente, é realizada mediante o método qualitativo de observação participante, em dois espaços públicos da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo específico da observação é aplicar os pressupostos do desenho universal nesses espaços, a fim de verificar se atendem aos elementos indispensáveis para serem considerados como espaços de desenho universal.

2. REVISÃO INTEGRATIVA: DESENHO UNIVERSAL

Realiza-se uma revisão integrativa de literatura para conhecer os pressupostos do desenho universal, pensado para garantir plena acessibilidade para todas as pessoas, com ou sem deficiência. O método empregado possibilita a síntese dos resultados de forma sistemática e ordenada, para se construir um corpo de conhecimento. Ainda, possibilita conhecer os pressupostos do desenho universal, para permitir a pesquisa de observação participante em espaços públicos de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Conforme protocolo científico de revisão integrativa, a pesquisa percorre seis etapas distintas, sendo elas: elaboração da pergunta ou hipótese norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).



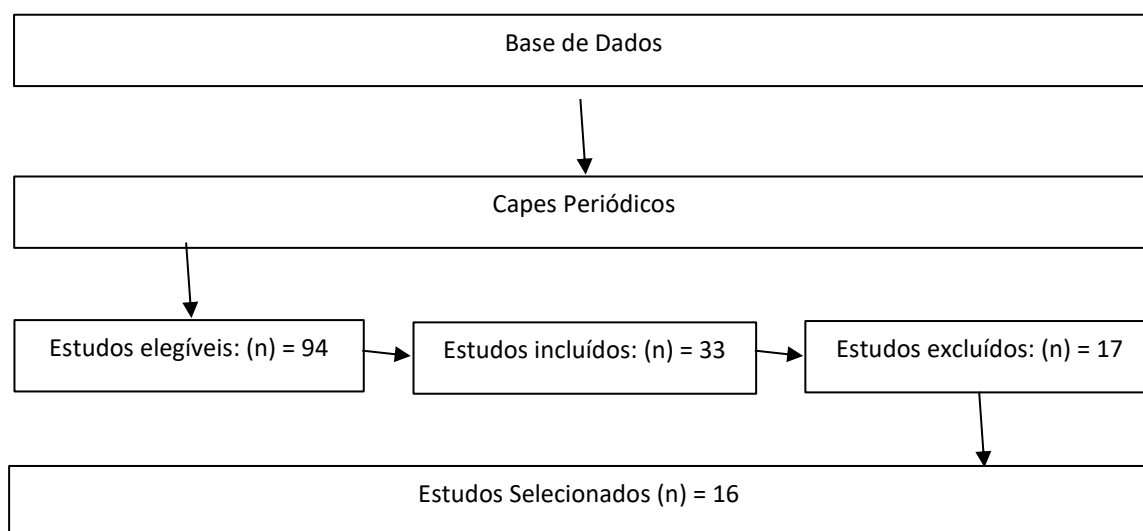
2.1. MÉTODO

A pergunta que norteia o estudo é: quais os elementos necessários para a configuração do desenho universal em espaços públicos e privados, visando à acessibilidade plena?

A busca² da amostragem na literatura foi realizada na base de dados Capes Periódicos³, com as seguintes palavras-chave: desenho universal; espaço. A expressão fundamental de pesquisa foi estabelecida como “desenho universal”. Como forma de delimitação complementar do assunto estudado, a expressão “espaço” se refere aos espaços públicos e privados.

Para a pesquisa, não se utiliza como critério de seleção o tempo de publicação, o desfecho ou o tipo de estudo. O critério de inclusão é a publicação em artigo, por periódicos revisado por pares. Como critérios de exclusão: publicações não tratem da temática, conforme análise do título e resumo; idioma estrangeiro; e amostras duplicadas.

Fluxograma 1 – Fluxo da seleção dos estudos incluídos na revisão integrativa



Fonte: Autores, 2023.

A busca resultou em 94 estudos elegíveis. Aplicado o critério de inclusão de modo automático pelo sistema da plataforma, restaram 33 estudos. Sequencialmente, aplicaram-se os critérios de exclusão manualmente, sendo excluídos 17 estudos. Desses, 9 tratavam da temática de maneira superficial ou não tratavam da temática, abordando questões educacionais, acessibilidade e tecnologia assistiva; 3 estudos foram publicados em idioma estrangeiro; e 5 correspondiam a documentos duplicados.

² A busca foi realizada e catalogada em 03 jun. 2022.

³ Capes Periódicos. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

Os estudos selecionados (n=16) tem suas discussões e resultados analisados descritivamente na sequencia. Em relação ao delineamento da pesquisa, análise e síntese dos dados, utiliza-se a forma descritiva qualitativa, com classificação dos dados, de maneira a reunir e a sintetizar o conhecimento produzido sobre a temática.

2.2. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A acessibilidade plena, integrante do desenho universal, é o objetivo a ser conhecido, sobretudo, como ela se aplica ao estabelecimento de acessos, descargas, mobiliários urbano, mobilidade e deslocamentos, em espaços públicos e privados.

Garantir a acessibilidade plena às pessoas com deficiência é um dos objetivos específicos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD). A CDPD busca a acessibilidade como configuração para a integração social, como garantia de oportunidades, sem mitigação de direitos, de forma inclusiva em um desenho disponível e intuitivo a todos e todas na sociedade, universalmente.

A análise do espaço, combinada com o acesso a ele, é elemento indispensável para uma leitura eficaz de locais de acesso ao público na arquitetura urbana, com seu mobiliário, formas de deslocamentos e obstáculos. Busca-se espaços com possibilidade de aglomerar o maior número de pessoas de forma intuitiva, que esteja disponível com segurança, possibilitando acesso pleno a edificações de forma autônoma e que satisfaça o sentimento de independência em um mundo coletivo.

O conforto foi o elemento-chave para uma pesquisa sobre acessibilidade efetuada na cidade de Pelotas, Brasil. Nela, objetivou-se conhecer a percepção de usuários/as com diferentes condições de mobilidade, após a utilização de espaço público de convivência no centro da cidade. Os aspectos centrais de análise foram a diminuição do esforço e o aumento do conforto para os deslocamentos de grupos variados. A pesquisa destacou que muitos pontos de inflexão não são considerados na literatura especializada, como o acesso por rampas em locais determinados, largura de calçadas, pisos táteis que são cobrados em normas técnicas e legais, contudo, não especificam qual o tipo de material para sua execução (BARROSO; LAY, 2016).

O desenho universal, para Gomes e Emmel (2020), tem como característica principal a sua interdisciplinaridade, abarcando diferentes áreas do conhecimento, como Arquitetura, Engenharia e Direito, bem como, ciências médicas, como a Fisioterapia e as terapias ocupacionais. O desenho universal busca amplificar o uso de um espaço para a maior quantidade de pessoas, sem a necessidade de adaptação desses ambientes/espacos ou produtos. O espaço acessível deve ser intuitivo, permitindo a circulação livre de seus usuários/as. Deve ser um espaço altamente democrático, onde todos/as são contemplados com sua diversidade.



O direito à acessibilidade, a um desenho que possa congrega a quantidade máxima de pessoas em determinado local ou disponibilizar a elas a possibilidade de utilização de espaços públicos, também é uma questão de educação. O desenho universal, para o ensino, implica internalizar a universalidade da educação, sem que ocorra o segregamento das pessoas no espaço escolar. Logo, no espaço pedagógico e em locais de reunião de público, o desenho universal deve ser utilizado para a inclusão, devendo ser impedida a especialização de pessoas, coisas e espaços (CENCI; BASTOS, 2022).

Bestetti (2014) destaca que a mobilidade reduzida é um fator preponderante no decurso da vida humana, e o estudo da ambiência ou meio ambiente, e como essa age intrinsecamente no ser humano, que de forma direta interferirá em seu comportamento, é relevante. Assim, o espaço é um elemento para atividades humanas diversas, enquanto que o meio ambiente é a conjugação de várias formas, e sua confluência determina o nível de satisfação de seus ocupantes nos encontros que são possíveis, gerando, assim, a humanização e conforto na permanência no local.

Um espaço de qualidade, segundo o desenho universal, é aquele que reúne atributos que podem gerar o uso equitativo e intuitivo, possibilitando a manifestação das habilidades individuais do/a usuário/a, viabilizando a minimização de riscos e confortável para todos/as. Com a eliminação de barreiras arquitetônicas, é possível projetar e dimensionar espaços cada vez mais amplos ao maior número de pessoas, concedendo acessibilidade plena. Focaliza-se no ser humano, que a qualquer tempo da vida, pode ter sua mobilidade reduzida, como na velhice (BESTETTI, 2014).

As relações sociais se desenvolvem em espaços públicos e privados, em ambientes abertos e fechados, quando as pessoas interagem entre si e/ou com o meio ambiente. Para isso, é necessário que esse ambiente esteja acessível, com a possibilidade de uso para o maior número de pessoas. Essa acessibilidade, como componente do desenho universal, deve ser orientada a um determinado fim e facilmente identificável pelos usuários/as. Suas rotas devem ser possíveis a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, assim como o uso de acessos e descargas deve ser intuitivo. A acessibilidade é o fator urbano e arquitetônico que democratiza a utilização da cidade e os seus vários componentes podem contribuir para a inclusão social (DORNELES; SILVA; FARIAS; PIPPI, 2020).

Nesse sentido, não basta apenas um determinado local ser “acessível” a todos/as. São necessárias informações sobre o estabelecimento em questão e tecnologias assistivas para a utilização de um ambiente ou espaço. Por exemplo, em espaços científico-culturais, nos quais além de informações e acesso, é necessário haver pessoas treinadas para o atendimento ao público diverso (LEANDRO; BOFF; REGIANI, 2021).

Um estudo aponta que a acessibilidade possui três dimensões, sendo elas: espacial, informativa e atitudinal. Como exemplo dessas dimensões de acessibilidade, Leandro, Boff e Regiani (2021) apontam

o exemplo de um museu: deve haver acessibilidade para a utilização do local, com roteiro de visitas para pessoas com deficiência (i.e., visual, na fala ou na audição). Ainda, não basta o cumprimento de normas técnicas de acesso ou descarga da edificação, sendo necessário haver um padrão de inclusão de pessoas com necessidades diversas. Nesse panorama, o desenho universal influencia para a construção de um conceito de espaço científico cultural que abranja todos os seus usuários/as, sem a necessidade de adaptação, para não especializar. E quando a adaptação for necessária, ela não deve interferir na conjuntura do local.

Em outro estudo, menciona-se que a acessibilidade à justiça é tema que destaca a interdisciplinaridade do desenho universal. Para Araújo e Saldanha (2017), a acessibilidade permeia a vida de advogados, operadores, serventuários ou reclamantes no poder judiciário. Embora haja um avanço na acessibilidade com a virtualização dos processos judiciais, que decorre da premissa de democratizar e acelerar a tutela e o acesso judicial, menciona-se a necessidade da eliminação de barreiras arquitetônicas de *software* e *hardware*, com o objetivo de estabelecer uma inclusão digital para os/as usuários/as do sistema de acesso ao judiciário com qualquer tipo de deficiência.

Ainda não há tecnologia assistiva disponível para garantir a acessibilidade nas mencionadas barreiras arquitetônicas digitais. Usuários/as com deficiência apontam várias limitações de ordem física e virtual. Embora haja previsão legal (material e processual) para a acessibilidade, verifica-se haver uma impossibilidade de ordem estrutural, pois mesmo que exista certa acessibilidade, para as pessoas com deficiência verifica-se a indisponibilidade de tecnologias assistivas; com isso “[...] pode-se afirmar a existência, hoje, de um Processo Judicial Eletrônico inacessível que não só limita o exercício profissional do advogado ou do servidor público [...], mas também o acesso à justiça em todas as dimensões [...]” (ARAÚJO; SALDANHA, 2017, p. 97)

Discute-se que a exclusividade de tecnologias, espaços, construções arquitetônicas de informática ou estruturais de edificações, e materiais, não pode mais ser concebida sem a estrutura básica de um desenho universal que respeite a diversidade humana e a sua dignidade.

Assim, surge a demanda pela consolidação de um *design* não segregador, convergente para um pensamento holístico, crítico e criativo, que leva à ruptura de valores com a desconstrução de paradigmas ou dogmas, com o propósito de construir ambientes que possam ser vivenciados por todos, com independência e autonomia. (LAMY; ALCOFORADO; LONGO; CASTRO, 2019, p. 630)

Para a independência e autonomia é necessário o uso de tecnologias assistivas que possam dar maior autonomia e independência a pessoa com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Essa mobilidade ampliada pode ser concebida em vários espaços, como museus, citados anteriormente, ou em espaços de aglomeração de públicos (i.e., parques e praças). Nesses locais, a tecnologia assiste de forma



a complementar a autonomia pessoal e gerar maior independência a determinado fato pré-estabelecido, com o devido aumento da qualidade de vida. Desenho universal, acessibilidade plena, tecnologias virtuais e assistivas são complementares e interdependentes para o acesso a uma vida plena e sem limitações (RODRIGUES; ALVES, 2013).

Nesse sentido, um dos estudos analisados enfocou na utilização de uma praça central e de uma rua movimentada da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, para verificar o nível de conforto dos usuários e como isso interfere na acessibilidade universal. Participaram da pesquisa pessoas com variadas deficiências e a percepção sobre os fatores do ambiente foram diversas: a) pessoas com deficiência visual declararam que as rampas ou rebaixamento de pisos e desníveis nas calçadas são fatores de desconforto e obstáculo; já nas ruas com grande movimentação e mobiliário urbano, com mesas e espaços ocupados por comerciantes, o conforto na mobilidade diminui drasticamente; b) aqueles que se locomovem por rodas demonstram que os locais sem desníveis de piso, calçadas em condições de usabilidade e ausência de trânsito automobilístico e rebaixamento de pisos e inclinação adequada de rampas auxiliam em seus deslocamentos; deixando a tarefa mais confortável; c) pessoas sem deficiência informam que o piso tátil é um fator de desconforto, pois as mulheres, quando utilizam calçados com salto, podem sofrer uma queda (BARROSO; LAY, 2016, p. 87).

A largura da calçada foi percebida por todos os grupos estudados como um fator de conforto, pois amplia a circulação de pessoas em seus meios de locomoção, a pé ou em rodas. “Os resultados indicam que não basta que as normas sejam aplicadas para que o desenho universal na acessibilidade em centros urbanos seja alcançado. Outros fatores no espaço urbano devem ser considerados” (BARROSO; LAY, 2016, p. 87). Dentre esses fatores, as pessoas com deficiência visual veem nos rebaixamentos de meio fio um obstáculo, enquanto é algo positivo, quando confeccionados de forma correta, para aqueles que se utilizam de rodas para o deslocamento.

Ademais, um estudo sobre acessibilidade efetuado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, selecionou usuários/as com necessidades diversas e expostos a determinadas situações, onde problemas locais foram detectados. No estudo, mencionou-se o passeio guiado, que determinou problemas comuns entre todos os/as participantes, como: “[...] a carência de sinalização, as quais são confusas ou inexistentes; muitas barreiras físicas e grande fluxo de pessoas, o que pode dificultar uma caminhada mais fluída para todos os usuários. [...]” (DORNELES; SILVA; FARIAS; PIPPI, 2020, p. 91)

Nesse estudo, pessoas que fazem uso de cadeira de rodas descreveram a falta de manutenção da via de pedestres e sua largura como inacessível. Denunciaram a inexistência de rebaixamento de pisos (rampas) como fator de falta de inclusão. Pessoas com deficiência visual e auditiva apontaram a falta de piso e mapas táteis, assim como o contraste de cor, fundamental para o direcionamento e orientação.



Apontaram o mobiliário urbano como um obstáculo quase intransponível. Outro fator importante para as pessoas com deficiência visual é o sinal sonoro. Esse sinal é preponderante quando a pessoa precisa guiar-se para a transposição da rua em um local marcado com semáforo ou em acessos/saídas de garagens. O sinal sonoro orienta a pessoa com deficiência visual quando informa que há fluxo de veículos no acesso/saída da garagem; ainda, indica o sinal verde para a transposição da rua pelo pedestre (DORNELES; SILVA; FARIAS; PIPPI, 2020, p. 91).

Um estudo sobre acessibilidade em parque de Curitiba, Paraná, Brasil, resulta em percepções similares às aquelas apontadas nos estudos supramencionados. A pesquisa foi realizada apenas com pessoas que se utilizam de rodas para deslocamento (i.e., cadeiras de rodas) e um fator determinante para a inclusão social, mesmo na cidade que é conhecida por ser planejada, foi que frequentavam locais com um conhecimento prévio, tendo em vista a possibilidade de poderem ter acesso ao lugar. Esse conhecimento antecipado do local é uma garantia de segurança e demonstra a falta de informação sobre parques e praças das cidades e sua acessibilidade ou adaptação que contemple todos/as os/as usuários/as. Apontou-se a falta de *playground*, equipamentos de recreação ou para atividades físicas construídos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CASSAPIAN; RECHIA, 2014, p. 28).

Ainda, um estudo realizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo, Brasil, aponta a falta de acessibilidade em edificações públicas que prestam serviços essenciais. Demonstraram que as edificações analisadas não possuíam adaptação razoável de sua instalação para o atendimento ao público em geral. Afirma-se a existência de barreiras arquitetônicas, que impedem a mobilidade das pessoas, e a falta de informação tátil, para as pessoas com deficiência visual (GOMES; EMMEL, 2016).

Gomes e Emmel (2016) concluem que a acessibilidade, com forte característica do desenho universal, deve começar no projeto da edificação a ser construída, culminando na execução desse projeto, de forma a contemplar todos/as os/as usuários/as. Quando não há possibilidade de fazer esse projeto acessível universalmente, a adaptação deve ser razoável, com uma mínima interferência na composição do ambiente.

A partir dos estudos analisados, indicam-se eixos comuns evidenciados para o desenho universal, sendo eles: a) conforto: a diminuição de esforço do/a usuário/a do espaço e o aumento do conforto para o deslocamento de qualquer pessoa; b) existência de acesso ao espaço por via disponível e confortável a todas as pessoas, com utilização de rampa apenas quando for impossibilitado o acesso sem desníveis de piso, em virtude de a rampa oferecer menos conforto para pessoas com deficiência visual, e porque desníveis ou rebaixamentos impossibilitam e/ou dificultam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou que usam rodas; c) largura de vias, corredores e calçadas acessíveis, que possibilitem pessoas caminharem em grupo e pessoas com cadeiras de roda ou outras tecnológicas assistivas transitarem com

conforto. Ainda, a existência de pisos táteis para possibilitar o acesso de trânsito de pessoas com deficiência visual, mas em calçadas largas e acessíveis, para não gerar risco às pessoas com mobilidade reduzida ou que usam rodas, bem como às mulheres que usam saltos altos; d) a intuitividade para uso dos espaços, que permite a circulação livre dos/as usuários/as; e) inexistência de barreiras arquitetônicas (i.e., postes e árvores no meio de calçadas ou de mobiliários em corredores); f) existência de informações sobre o espaço em questão, por meio de placas e avisos sonoros e contraste de cor; g) manutenção das vias para gerar conforto e segurança; e h) em locais apropriados, a existência de espaços como *playground*, equipamentos de recreação ou de atividade física construídos para o acesso e uso de pessoas com ou sem deficiência.

Dessa forma, os resultados da pesquisa coincidem com os sete princípios do desenho universal. Esses princípios, mencionados na introdução, foram desenvolvidos por um grupo de pesquisadores da Arquitetura, Engenharia e *Design* ambiental, liderados por Ronald Mace, em 1997. São os mencionados princípios:

- (1) Uso equitativo: o produto/ambiente/design/etc. pode ser usado por pessoas com habilidades diversas. Fornece os meios de uso para todos os usuários/as, idênticos quando possíveis, bem como evita a segregação e estigmatização;
- (2) Flexibilidade no uso: acomoda uma diversidade de preferências e habilidades individuais, pela qual os/as usuários/as podem escolher os métodos de uso, sendo possível o uso por pessoas com necessidades diversas, e possibilita a adaptabilidade ao ritmo de uso;
- (3) Uso simples e intuitivo: fácil de compreender, independentemente das necessidades diversas, nível de conhecimento e habilidades. Trata-se da eliminação de complexidades desnecessárias;
- (4) Informações perceptíveis: existe a comunicação de informações necessárias ao usuário/a, de maneira eficaz, independente das suas habilidades diversas, podendo ser pictórica, verbal ou tátil, com contraste adequado, com a maior legibilidade possível, assim como, o fornecimento compatível de uma variedade de técnicas/dispositivos pensados para pessoas com necessidades diversas;
- (5) Tolerância ao erro: existe a minimização de perigos e consequências adversas no caso de ações acidentais ou não intencionais (i.e., avisos de perigos, recursos à prova de falhas);
- (6) Baixo esforço físico: o espaço/*design* é compatível com o princípio do menor esforço físico para o conforto dos usuários/as, possibilitando que esses/as mantenham posição corporal neutra, utilizem-se de forças operacionais razoáveis, minimizem ações repetitivas e minimizem o esforço físico sustentado; e

- (7) Tamanho e espaço para abordagem e uso: o tamanho e espaço deve estar adequado para uso, alcance, manipulação e uso independentemente do tamanho do corpo do usuário/a, postura ou mobilidade⁴.

Sequencialmente, apresentam-se os resultados da observação participante realizada em dois espaços públicos de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM PASSO FUNDO

Métodos qualitativos, como a observação participante, possibilitam a validação, corroboração e/ou refutação de resultados obtidos por pesquisas de revisão de literatura (SILVA; SILVA, 2013). A observação participante é utilizada para a análise de grupos, processos de interação social e particularidades culturais de uma comunidade. Trata-se de método qualitativo, oriundo da Etnografia, que consiste na inserção do/a pesquisador/a no contexto observado, com possibilidade de interação. Objetiva possibilitar um corpo de conhecimento a partir da interação social e natural (ambientes naturais e/ou urbanos⁵). Em regra, a observação ocorre em ambientes comunitários, com interação com outros seres humanos; mas possibilita-se a interação entre pesquisador(a) e ambiente natural ou construído (urbano) (MARIETTO, 2018).

A observação participante ocorrerá em dois ambientes urbanos públicos de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. Configura-se, portanto, como uma observação de campo (ambiente natural e/ou construído), sem interação com seres humanos, e realizada em equipe e individualmente, sendo três pesquisadores/as que estiveram nos locais entre os meses de novembro de 2022 e janeiro de 2023. Trata-se de uma observação estruturada e sistemática, contando com o auxílio de instrumentos (pressupostos do desenho universal) para a coleta dos dados e fenômenos observados.

3.1. MÉTODO

A observação participante ocorre nos espaços Praça Tochetto e Praça Capitão Jovino, localizadas na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. A escolha das praças é aleatória, em virtude da proximidade com espaços sociais. A coleta dos dados e fenômenos observados segue os parâmetros de

⁴ Os sete princípios do desenho universal estão disponíveis em: <https://universaldesign.ie/what-is-universal-design/the-7-principles/the-7-principles.html> Acesso em 15 jul. 2022.

⁵ A pesquisa busca aplicar o método da observação participante no contexto urbano, sem interação com seres humanos. Nesse sentido, conforme Resolução 510/2016 e Resolução 466/2012, ambas do Ministério da Saúde, não será avaliada por Comitê de Ética em Pesquisa.

uma observação estruturada e sistemática, contando com o auxílio de instrumentos (pressupostos do desenho universal), especialmente, o questionário que segue abaixo.

Tabela 1 – Questionário de observação participante

Espaço: Endereço: Data de coleta:	
---	--

Perguntas	Sim/Não	Elementos positivos	Elementos negativos	Informações adicionais
O espaço possibilita o uso equitativo?				
O espaço possibilita o uso flexível?				
O espaço possibilita o uso simples e intuitivo?				
O espaço prevê informação de fácil acesso?				
O espaço apresenta tolerância ao erro?				

O acesso e uso do espaço possibilita conforto e baixo esforço físico?				
O espaço prevê dimensão para aproximação e uso de todas as pessoas?				

A pesquisa foi realizada por três pesquisadores/as, os quais realizaram a observação de forma individual e preencheram o questionário disposto acima. Após, os dados foram catalogados e analisados conjuntamente. Considerando que o desenho universal deve abarcar a todas as pessoas, os/as pesquisadores/as participantes assim se descrevem:

- (1) Pesquisadora mulher cisgênera, branca e pessoa sem deficiência e sem dificuldade de locomoção;
- (2) Pesquisador homem cisgênero, branco, pessoa com deficiência e com dificuldade de mobilidade;
- (3) Pesquisador negro, homem cisgênero, gay e pessoa com deficiência.

A partir da coleta e sistematização dos dados, passa-se às discussões e resultados da pesquisa.

3.2. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Praça Tochetto, localizada no centro da Cidade de Passo Fundo – Rio Grande do Sul (CEP 99010-001), é um dos espaços de convivência municipal. Conforme jornal da cidade, ela foi criada para homenagear o educador Ernesto Tochetto, em 1963, e passou por diversas revitalizações⁶.

Figura 1 – Monumento em homenagem ao educador Tochetto

⁶ Disponível em: <https://www.pmpf.rs.gov.br/secretaria-de-planejamento/2015/12/02/praca-tochetto-ganha-nova-iluminacao-10272/> Acesso em 24 fev. 2023.

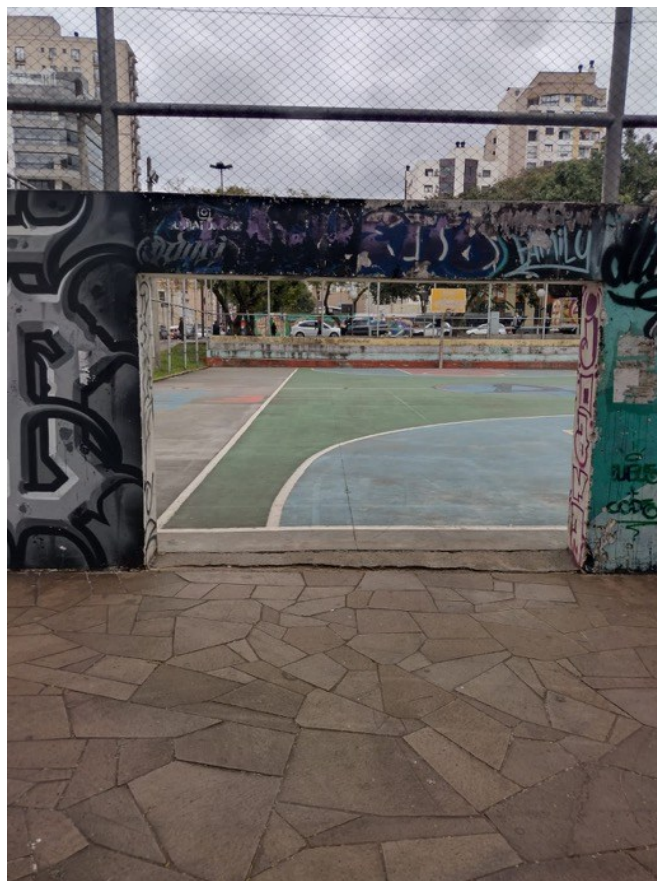


Fonte: Autores, 2023.

Trata-se de espaço que pode ser utilizado para locomoção, convivência, lazer e esporte. A praça conta com a presença do camelódromo municipal, quadra esportiva polivalente, banheiros, rampas de skate, parede de escalada, quadro para desenhos com giz, brincadeiras de piso para crianças e parquinho para bebês e crianças até cinco anos. Ainda, conta com um monumento em homenagem ao professor Tochetto, que contém o seu busto e a representação clássica de sala de aula.⁷

Figura 2 – Acesso para quadra polivalente

⁷ Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2016/05/07/praca-tochetto-revitalizacao-e-c,69916>
Acesso em 24 fev. 2023.



Fonte: Autores, 2023.

Os três pesquisadores que participam da observação estiveram na praça entre os meses de novembro de 2022 e janeiro de 2023. Os dados sistematizados e catalogados são apresentados em conjunto.

Em geral, os pesquisadores consideraram que o espaço da praça Tochetto possibilita em parte ou não possibilita o seu uso equitativo. A praça contém uma área ampla, com grande fluxo de pessoas. Existem rampas de acesso, espaços com bancos para sentar, banheiros, quadras de esporte e espaços de convivência. Por outro lado, no que se refere ao uso equitativo por todas as pessoas, considera-se que o espaço privilegia pessoas sem deficiências, sobretudo, porque não há demarcação de piso, sinalização tátil ou colorida, informações de fácil acesso, equipamentos de segurança (i.e., corrimão). Ainda, existem muros, barrancos e postes onde as pessoas transitam, além de elevações e desníveis dos pisos, o que dificulta o uso por pessoas com deficiência.

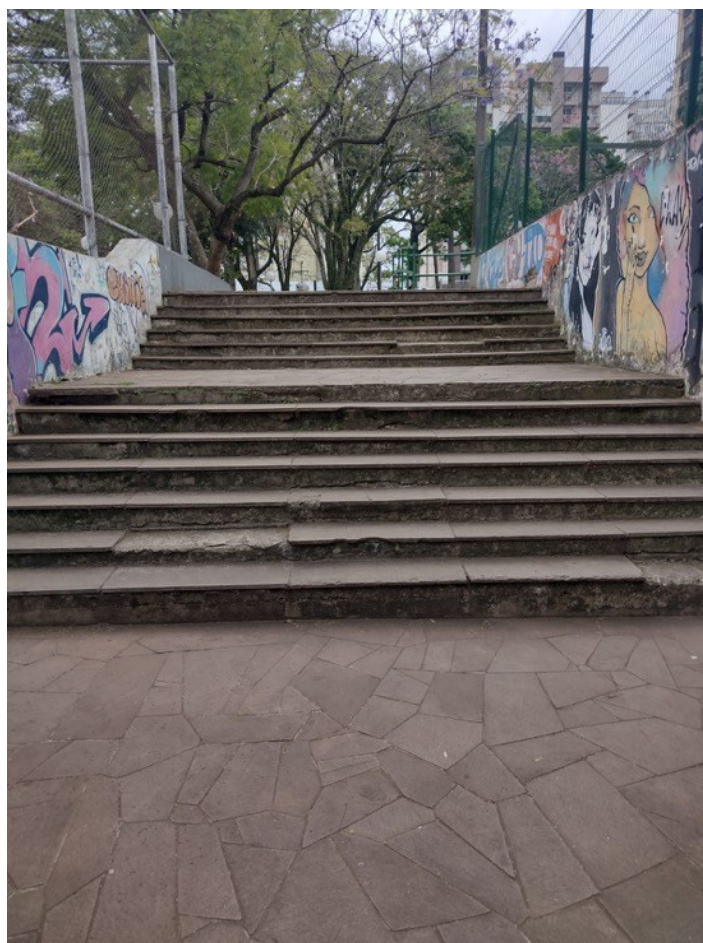
Figura 3 – Piso com irregularidades



Fonte: Autores, 2023.

Os pesquisadores divergiram sobre o uso flexível do ambiente da praça. Considera-se que é uma ampla área, com espaço de mobilidade. Contudo, existem obstáculos, mobiliário urbano disforme, bem como escadarias que impossibilitam ou dificultam a acessibilidade por pessoas com mobilidade reduzida e/ou obesidade.

Figura 4 – Escadaria sem corrimão



Fonte: Autores, 2023.

Os três pesquisadores consideram que o espaço não possibilita o uso simples e intuitivo, principalmente, em virtude de piso irregular, piso tátil inadequado, não sendo intuitivo para pessoas com necessidades diversas. Ademais, há elementos que ficam no meio do caminho de pedestres (i.e., elevações de concreto que servem como bancos e postes de luz). Considerou-se, ainda, que o espaço não apresenta informações de fácil percepção, havendo falta de indicação de mudança de rota, ausência de mapa de localização, inclusive para acesso aos banheiros, e ausência de placa indicativa, o que dificulta o uso do espaço por pessoas com deficiência visual.

Figura 5 – Poste em passagem de pedestres



Fonte: Autores, 2023.

Diante das percepções salientadas, os pesquisadores consideram o espaço não tolerante ao erro, principalmente no que se refere às pessoas com deficiência (i.e., escadas com degraus irregulares, falta de corrimão e guarda-corpo, rampas íngremes, falta de pisos antiderrapantes). Todavia, considera-se que possibilita em parte conforto e baixo esforço físico. Trata-se de espaço amplo, com bancos, quadra polivalente, arborização. No que se refere às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o espaço requer maior esforço físico, principalmente em virtude dos elementos mencionados (i.e., elevações do concreto no chão, falta de pisos ou sinalizações táteis, avisos de segurança, corrimão, obstáculos no chão que dificultam a mobilidade de pessoas com deficiência visual, mulheres que usam saltos e pessoas que usam cadeiras de rodas).

Figura 6 – Piso tátil inadequado



Fonte: Autores, 2023.

Em especial, sobre o uso por todas as pessoas, considera-se que o espaço possibilita em parte, havendo maior dificuldade no que se refere às formas de mobilidade, em virtude dos obstáculos existentes.

Nesse sentido, considera-se que se trata de um espaço importante para a convivência local, atividades esportivas e recreativas de jovens e adultos. Por outro lado, no que se refere à noção de desenho universal e inclusão equitativa de todas as pessoas, são necessárias adaptações, principalmente: inclusão de mapa de locomoção (sonoro e/ou colorido e em braile), inclusão de avisos de perigo (i.e., locais íngremes ou postes e árvores situados em passagem), inclusão de corrimãos de segurança, inclusão e revitalização de pisos táteis, inclusão de pisos antiderrapantes em locais de perigo e rampas, revitalização de pisos com desnível e/ou irregularidade).

A praça Capitão Jovino, localizada no bairro Vila Rodrigues, Passo Fundo – RS, popularmente conhecida como praça Santa Terezinha, em virtude de estar localizada em frente a igreja Santa Terezinha, é um espaço de convivência municipal. A praça conta com parquinho para crianças, academia ao ar livre, bancos para sentar, monumento de letra gigante e túneis de literatura, além de espaço pet⁸.

Figura 7 – Espaço pet



Fonte: Autores, 2023.

Os pesquisadores divergem sobre o uso equitativo do espaço, uma vez que se considera a praça ampla, arborizada, com rampa de acesso, mas com ausência de alguns elementos importantes para o uso equitativo por todas as pessoas (i.e., piso tátil ou sinalização, banheiro público, equipamentos de segurança, brinquedos para pessoas com deficiência). Diante disso, o uso flexível parece prejudicado, sobretudo, porque não há elementos que possibilitem o uso flexível por pessoas com as mais diversas necessidades.

Apesar de ampla área e de fácil acesso, a ausência dos mencionados elementos (i.e., placas e/ou mapas de uso e sinalização, corrimão, piso tátil) impede o uso simples e intuitivo por todas as pessoas, considerando que pessoas com deficiência visual ou de locomoção encontram dificuldades e/ou perigo (i.e., poste de luz localizado na passagem de pedestre). Principalmente, porque não existem informações de fácil acesso, como mapas ou sinalizações de ambientes.

⁸ Sobre a praça, consultar mais: <https://www.pmpf.rs.gov.br/turismo/galeria/praca-capitao-jovino/> Acesso em 24 fev. 2022.

Figura 8 – Espaço de passagem amplo, porém sem piso tátil



Fonte: Autores, 2023.

Em especial, com relação à tolerância ao erro, os pesquisadores divergiram. Considerou-se que a ampla visibilidade do local aumenta a tolerância ao erro. Todavia, para pessoas com deficiência visual, a ausência de avisos ou equipamentos a prova de falhas não possibilita a minimização de perigos. Também houve divergência com relação ao acesso e uso com conforto e baixo esforço físico. Positivamente, considerou-se a ampla área plana; negativamente, a ausência de banheiro e utensílios de segurança, como corrimão.

Finalmente, sobre a dimensão para aproximação e uso de todas as pessoas, os pesquisadores também divergiram. Positivamente, considerou-se o espaço amplo, possível de ser utilizado independentemente do tamanho do corpo do usuário, bem como a facilidade de acesso (pedestres, cadeiras de rodas, coletivos ou transporte individual). Contudo, a ausência de elementos táteis impossibilita o uso equitativo por todas as pessoas, com ou sem deficiências.

Figura 9 – Rampas de acesso à praça



Fonte: Autores, 2023.

Nesse sentido, em geral, percebe-se a necessidade de pequenas alterações que se tornam substanciais para um desenho universal e, principalmente, para que a praça se torne um espaço de convivência equitativo para todas as pessoas. Dentre essas alterações, menciona-se a necessidade de incorporação de instrumentos próprios para o uso de pessoas com deficiências (i.e., piso tátil, corrimão, placas e avisos de deslocamento e de perigo, revitalização de calçadas com desnível).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ocorreu em duas etapas. Em primeiro lugar, uma revisão integrativa, que objetivou responder ao seguinte questionamento: quais os elementos necessários para a configuração do desenho universal em espaços públicos e privados, visando à acessibilidade plena? Como resultado, os estudos analisados dialogam com os sete princípios do desenho universal, propostos inicialmente por Ronald Mace (1996) em 1997. Os princípios referem-se ao uso equitativo dos espaços, flexibilidade do uso, uso simples e intuitivo, informações perceptíveis, tolerância ao erro, baixo esforço físico, tamanho e espaço para abordagem e uso.

Na sequência, a pesquisa de observação participante em duas praças da cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, apontam para a ausência de desenho universal nesses espaços, corroborando os resultados da revisão integrativa. Em especial, percebeu-se a especialização dos espaços, sendo intuitivos e confortáveis para pessoas sem deficiência. No que se refere ao uso e acesso para pessoas com deficiência, salientou-se a ausência de corrimãos, inclusive em rampas de acesso ou escadaria e barreiras

arquitetônicas (i.e., postes de luz no caminho de pedestres), que dificultam o uso por pessoas com deficiência visual ou de locomoção, corroborando os estudos de Barroso e Lay (2016), Cenci e Bastos (2022) e Bestetti (2014).

Ainda, verificou-se a ausência de informações e tecnologias assistivas nos espaços analisados, como mapas de locomoção e indicativos (inclusive em braile, em cores chamativas ou informações sonoras), o que corrobora o estudo efetuado por Dorneles, Silva, Farias e Pippi (2020). Nesse sentido, aponta-se a necessidade de revitalização dos espaços conforme o desenho universal, de modo a possibilitar acessibilidade plena para todas as pessoas e inclusão social, sem especializações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. São Paulo: ABNT, 2020.

ARAUJO, Luiz Alberto David; SALDANHA, Paloma Mendes. Processo Judicial Eletrônico e o Estatuto da Pessoa com deficiência: novidades, ilegalidades e inconstitucionalidades. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 22, n. 1, p. 80-101, jan. /abr. 2017.

BARROSO, Celina de Pinho; LAY, Maria Cristina Dias. Conforto na acessibilidade do espaço urbano: percepção de usuários com diferentes condições de mobilidade. **Arquisur Revista**, n. 9, p. 106-121, 2016.

BESTETTI, Maria Luísa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 3, p. 601-610, 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Senado Federal, 2015.

CALDEIRA, Caldeira Boavida Miguel; SILVA, Neuza Clariana; NUNES, Flávio Paulo Jorge. Turismo acessível em Guimarães: oportunidade e desafio para uma cidade inclusiva. **Holos**, v. 4, p. 341-356, 2017.

CASSAPIAN, Marina Redekop; RECHIA, Simone. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014.

CENCI, Adriane; BASTOS, Amélia Rota Borges de. Escola para todos e cada um: proposta de síntese entre planejamento coletivo e planejamento individualizado. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, p. 1-26, 2022.

CENTRE FOR EXCELLENCE IN UNIVERSAL DESIGN. **About Universal Design**. Disponível em: [Universal Design](#) Acesso em 7 jan. 2023.

DORNELES, Vanessa Goulart; SILVA, Maria Luísa Scharlau da; FARIAS, Silvia; PIPPI, Luís Guilherme Aita. Acessibilidade em espaços abertos: analisando o centro de Santa Maria. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 4, n. 3, p. 4-13, 2020.



GOMES, Luciene; EMMEL, Maria Luísa. Mapeamento da acessibilidade em edifícios públicos de cultura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 3, p. 519-530, 2016.

GOMES, Luciene; EMMEL, Maria Luísa. Análise dos conteúdos sobre acessibilidade e desenho universal nos cursos de graduação em arquitetura e terapia ocupacional no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 164-186, 2020.

LAMY, Gladstonny Silva; ALCOFORADO, Luciane Ferreira; LONGO, Orlando Celso; CASTRO, Eduardo Breviglieri Pereira de. Design inclusivo em centros e museus de ciências: um estudo no campus da Fiocruz, RJ, Brasil. **Interciência**, v. 44, p. 629-636, 2019.

LEANDRO, Leonésia; BOFF, Ana Paula; REGIANI, Anelise Maria. Acessibilidade e inclusão em museus e centros de ciências em teses e dissertações. **Investigações em ensino de ciências**, v. 26, n. 2, p. 421-444, 2021.

MACE, R. L.; HARDIE, G. J.; PLACE, J. P. **Accessible environments: Toward universal design**. Raleigh: North Carolina State University, 1996. http://www.design.ncsu.edu/cud/pubs_p/pud.htm

MARIETTO, Márcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Conselho Nacional da Saúde, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Conselho Nacional da Saúde, 2016.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil> Acesso em 11 set. 2025.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia assistiva: uma revisão do tema. **Holos**, v. 6, p. 170-180, 2014.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3007-3015, 2016.

SILVA, Rui; SILVA, Paulino. O contributo dos métodos qualitativos na investigação em contabilidade de gestão. **Indagatio Didactica**, v. 5, n. 2, p. 1048-1063, 2013.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. “Revisão integrativa: o que é e como fazer”. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VIEIRA, Ana Flávia Rodrigues; CAVALCANTI, Alessandra; ALVES, Alysson Lourenço. O direito de ir e vir: a acessibilidade do transporte público. **Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 4, p. 775-780, 2015.

VILCHEZ, Ivan Carlos Curioso. Higher education and disability: inclusion of students with visual impairment in the university. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 13, n. 1, p. 325-345, 2021.



ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Universal design for learning as a strategy for school inclusion. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.

Sobre os autores:

Dra. Leilane Serratine Grubba

Doutora em Direito (UFSC/2015), com estágio de pós-doutoramento (UFSC/2017). Mestre em Direito (UFSC/2011). Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS/2020). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional - IMED (Mestrado em Direito/IMED). Professora Colaboradora do Mestrado em Psicologia da Faculdade Meridional (PPGP/IMED). Professora da Escola de Direito (IMED). Pesquisadora da Fundação IMED. Pesquisadora Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão CineLaw - Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o Empoderamento (CNPq/IMED), apoiado pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH) e pelo Programa Youth for Human Rights (YHRB). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Biopolítica, Gênero e Direito (CNPq/IMED). Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), cargo de Conselheira Fiscal, gestão 2021-atual. Membro da Comissão para a Mulher - OAB/Passo Fundo. Membro da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB Passo Fundo - RS. Atualmente tem como tema central de pesquisa os Direitos Humanos, Epistemologia, Film Studies, Estudos Culturais e Gênero.

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0303-599X>

E-mail: lsgrubba@hotmail.com

Msc. Luciano Pissolatto

Mestre em Direito (ATITUS/2023). Advogado. Pós graduação em andamento em Direito da Seguridade Social - Previdenciário e prática previdenciária (LEGALE). Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/2006). Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica, gênero e Direito (CNPq/ATITUS).

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2532-0137>

E-mail: lucianopissolatto@gmail.com

Msc. Alexandre Marques Silveira

Mestre em Direito pela ATITUS Educação (2018) , Linha de Pesquisa - II Mecanismos de Efetivação da Democracia e da Sustentabilidade - Área de concentração - Direito, Democracia e Sustentabilidade, onde foi bolsista PROSUP/CAPES. Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Membro do grupo de pesquisa Criminologia, Violência e Controle, coordenado pelo professor Dr. Felipe da Veiga Dias. Possui graduação em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES) - 2014. Tem experiência na área de Direito, com ênfase nas seguintes áreas: Direito Penal e Processo Penal; Criminologia com ênfase em Criminologia Crítica e Criminologia Verde; Crimes dos poderosos e a perspectiva do dano social (Zemiology); Vitimologia e Metodologia Científica. Professor do curso de Direito da ATITUS Educação. Passo Fundo-RS.

Atitus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7269-8001>

E-mail: alexandremarquessilveira@gmail.com

